# PERFIL SOCIOECONOMICO E CULTURA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMILIARES ACOLHIDOS NO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL LAR MENINO JESUS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – PR.

**COSTA,** Dorival da[[1]](#footnote-1)

**BRUN,** Adriane B.B**. [[2]](#footnote-2)**

**RESUMO**

A pesquisa realizada no ano de 2016 e início de 2017 resultado de projeto de Pesquisa do Grupo de Estudo e pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade GETFS teve como objetivo conhecer o perfil sóci0economico cultural de crianças, adolescentes e família do serviço de Acolhimento Institucional Lar Menino Jesus de São José dos Pinhais PR, que teve inicio no atendimento no ano de 1992. A pesquisa documental teve acesso aos prontuários dos sujeitos que já havia sido de desinstitucionalizados num total de 167, com a utilização de planilha Excell para registro das informações e posterior tratamento das informações. Os resultados apontam para grupos de irmãos, advindos da cidade de São José dos Pinhais, com situação de violência domestica, uso abusivo de substâncias psicoativas, tendo como responsável a sua genitora. Com respeito aos prontuários podemos afirmar que ao longo dos alunos veio atendendo as normativas legais, mais o Plano Individualizado não se consolidou como um norteador das ações de intervenção junto aos sujeitos envolvidos. A composição da equipe em relação as demandas dos usuários fica aquém do recomendado pela legislação e as orientações e normas técnicas dos serviços de acolhimento institucional e familiar, dentre outros resultados.

**Palavras Chaves:** crianças e adolescentes, perfil sócio econômico, trabalho técnico, prontuários

1. **INTRODUÇÃO**

 Este relatório se faz pautado na necessidade de estudos que aprofundem a discussão sobre a tomada de decisão de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil após a Lei 8.069/90. As normativas que se seguiram após a legislação nos levou a pesquisar os motivos para acolhimento registrados nos prontuários de crianças e adolescentes e famílias da ONG Lar Menino Jesus de São Jose dos Pinhais PR, a partir do Perfil socioeconômico e cultural de crianças, adolescentes e seus familiares. Pesquisa vinculada ao GETS – Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Formação e Sociabilidade no projeto de pesquisa Levantamento de perfil socioeconômico e cultural de crianças, adolescentes e suas famílias no Serviço de Acolhimento Institucional de Curitiba e São Jose dos Pinhais.

 A pesquisa tem proximidade com a Sistematização de Prática Profissional, nesse caso, revistar os processos interventivos, técnicos e de gestão de Serviço de Acolhimento institucional em quase três décadas de funcionamento na Organização da Sociedade Civil (OSC) em tela. Entendendo a sistematização da prática profissional como o debruçar sobre o fazer profissional para análises, a avaliações e aprofundamentos necessários para a proposição de um novo fazer profissional que leve em conta os eixos teórico-metodológico, ético-politico e técnico-operativo no espaço sócio ocupacional de atendimento em serviços de Proteção Social Especial de Alta complexidade no Sistema Único de Assistência Social – PSE/SUAS.

 A unidade de Acolhimento institucional supracitada é uma OSC e desde 1992 vem atendendo crianças, adolescentes e acompanhando os seus responsáveis no cumprindo determinação judicial a partir da demanda da Rede de Serviços Socioassistencial do Município de São José dos Pinhais e municípios da região metropolitana de Curitiba.

 Localizada no Município de São Jose dos Pinhais PR, na zona rural a 19 km do centro, de origem não governamental e confessional. Tem uma trajetória ligada a acolhimento de grupo de irmão e atende criança recém-nascidas até adolescente de 12 anos.

A pesquisa documental realizada teve como objetivo traçar um perfil sócio econômico de crianças e adolescentes e responsáveis a partir dos registros/anotações nos prontuários complementarmente aos registros do processo no judiciário, anotações técnicas e do dia-a-dia das equipes ligada a comarca e as equipes das Políticas Sociais do Município e do Programa de Acolhimento Institucional na Instituição no período que compreende 1992 a 2016.

 A realização da pesquisa contou com a participação dos membros do grupo de pesquisa GETFS sendo composta de professores, alunos bolsistas-voluntários e profissionais pesquisadores voluntários.

Para essa pesquisa elencamos os seguintes objetivos específicos: Realizar pesquisa documental nos prontuários de crianças, adolescentes e responsáveis atendidos no Serviço de Acolhimento Institucional Lar Menino Jesus desde o início das suas atividades; Organizar um perfil socioeconômico e cultural desses sujeitos atendidos com a perspectiva de perceber alterações significativas nessas demandas; Traçar um perfil histórico/técnico da ONG a partir dos Prontuários nos estudos sociais e pareceres técnicos; Realizar revisão bibliográfica para compreensão das alterações legislativas, normativas e conceituais; Analisar os motivos que levaram os agentes públicos a acolherem crianças, adolescentes de seus grupos familiares.

 A pesquisa documental foi realizada em 167 prontuários de crianças e adolescentes a partir da confecção de formulário semiestruturado com as seguintes questões: Gênero, faixa etária, data do início e fim do acolhimento, motivo do acolhimento, a existência de irmãos acolhidos no mesmo programa, acesso a políticas sociais de Saúde e Educação, dificuldades escolares, se constava nos prontuário: estudo social e relatórios, se recebiam visitas de familiares, amigos e comunidade, composição familiar, escolaridade do responsável, renda familiar e dependentes dessa renda, na desintitucionalização para onde foram encaminhado e por último um breve histórico do acolhimento para uma análise mais qualitativa das informações contidas nos prontuários.

 Para contribuir no debate foi realizado uma revisão bibliográfica com as principais legislações, normativas e autores que aprofundam o debate sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescente. A pesquisa bibliográfica utiliza-se fontes constituídas por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas e material físico ou digitalizado.

 Como instrumental de análise utilizou-se a Analise de Conteúdos nas anotações técnicas dos sujeitos para que possamos, a partir das categorias teóricas e da realidade, realizar as análises que se destacaram.

 O texto do relatório da pesquisa está organizado a partir de uma aproximação teórica de categorias que ajudaram a realizar as análises crítica dos resultados. Seguido da apresentação das informações coletadas, tratadas e apontadas a partir de tabelas, gráficos com destacando os indicadores, variáveis e percentuais dominante em todos os itens propostos no formulário, culminando com um quadro sínteses desses principais resultados.

 Por último apresentamos as considerações finais respondendo ao nosso objetivo de pesquisa que é o perfil sócio econômico cultural das crianças, adolescentes e seus responsáveis.

1. **APROXIMAÇÕES TEÓRICAS**

 Para compreender o contexto do acolhimento Institucional e familiar no período que compreende 1992 a 2016, há uma necessidade de contextualizar as alterações das legislações e normativas sobre a temática, com a proposição de reorganização dos serviços pelo Sistema Único de Assistência Social.

O Acolhimento Institucional é uma abordagem nova que foi introduzida na legislação social a partir da constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 e a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8742/93.

Na década de 2000 ainda teremos a Politica Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que traz direcionamento da Proteção Social, em 2006 temos o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) que se torna um marco na reorganização do serviço de Acolhimento Institucional com a Resolução do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CONANDA, em 2009, a partir do Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária – GT Nacional com o protagonismo da sociedade civil, documento esse intitulado Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, e no próprio texto na sua introdução afirma:

(...) elaborada pelo Departamento de Proteção Social Especial (SNAS/MDS), e apresentada ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para análise e aprimoramento, foi disponibilizada para consulta pública em 2008. Uma comissão, composta por representantes do MDS, dos Conselhos e por especialistas na área, responsabilizou-se pela redação final do documento, analisando e contemplando as contribuições recebidas. A aprovação do documento ocorreu em Assembleia conjunta do CNAS e CONANDA, realizada em 18 de junho de 2009. (MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2009, p.12)

Esse documento procura aglutinar todos os esforços da sociedade civil organizada, CONANA e CNAS e os ministérios envolvidos para reorganização dos serviços que se referem a Acolhimento institucional e Familiar e no mesmo ano de 2009 o CNAS publica a Resolução 109 sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencias que então incorpora no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) a Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidades, essa ultima PSE onde se delineia os serviços relacionados ao Acolhimento Institucional e Família . No texto do MDS afirma:

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças. (2009 p. 12)

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que tipifica os Serviços Socioassistenciais, dividindo os serviços de atendimento em Proteção Social Básica (PSB), para indivíduos e famílias em vulnerabilidade social e Proteção Social Especial (PSE), para indivíduos e famílias em situação e violação de direitos. A PSE, divide-se em Serviços de Médica Complexidade, para indivíduos e familiares permanecendo no seu núcleo familiar e Alta complexidade para indivíduos e famílias em serviço de acolhimento promovido pelo Estado em parceria com a sociedade civil.

Nos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar a resolução (BRASIL, 2009) aponta para os seguintes serviços:

1. Serviço de Acolhimento Institucional. Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. Os serviços de alta complexidade que atendem crianças e adolescentes podem ser assim nominados: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e República.
2. O Serviço de Acolhimento, alvo da nossa pesquisa ele se enquadra no Serviço de Acolhimento Abrigo Institucional para crianças e adolescentes, e a sua descrição minuciosa esta contido na Resolução 109 do CNAS e nas Normas Técnicas de Acolhimento Institucional e Familiar – CONANDA e CNAS que passamos indicar algumas características que podem nos ajudar nessa pesquisa e nas análises.

Sobre a localização no território as unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos (BRASIL, 1990 Artigo 94, inciso....)

O serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades: Atendimento em unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes. E o segundo é o atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes.

 A referência à unidade para o Acolhimento Institucional indica uma apresentação arquitetônica comparada a uma residência comum num determinado território a propiciar acesso as Politicas Sociais sua rede de serviços públicos, privados e comunitários propiciando a convivência comunitária para crianças e adolescentes acolhidas.

Os documentos normativos aprovados pelo CNAS e CONANDA fazem indicações para a localização, recursos, trabalho técnico, número de indivíduos a serem atendidos, especificidades, profissionais necessários, a construção física, os espaços para atividades da vida diária e convivência e a necessidade de convivência comunitária dos acolhidos.

Feito essas considerações iremos então nos debruçar no Artigo 94 do ECA no inciso XX sobre a obrigação de manter arquivos dos sujeitos sob os cuidados do Estado.

Queremos apontar aqui uma especificidade não comum nas legislações, mas em razão de falta ou precariedade histórica dos registros técnicos e da vivência de crianças e adolescentes pelos responsáveis o legislador quis imprimir uma obrigatoriedade contundente anotando em ordem cronológica, documental, pertencimento ao grupo familiar, território de origem, gênero, escolaridade, convivência familiar e comunitária e as particularidades de cada sujeito de direito sob os cuidados do Estado por ordem judicial.

Aplica-se aqui a preocupação com os registros da história social familiar para a garantia da convivência familiar e comunitária e suas referencias como indivíduos pertencentes a um grupo familiar com sua cultura, suas vivencia e lutas para organização e proteção dos seus membros. Essa preocupação se deve a necessidade que as crianças e adolescentes tem de conhecerem suas origens a partir das referencias no judiciário, registros técnicos, fotografias e imagens, objetos e lembranças culturais que cria o sentido de pertença dos indivíduos.

 A legislação em tela precede a obrigatoriedade do Estudo Social de cada atendimento realizado compreendido como um processo técnico de investigação, registro e análise a partir da instrumentalidade dos sujeitos envolvidos e sua formação sócio técnica para garantir a interdisciplinaridade, ou no mínimo multiprofissionais com visões dos aspectos da vida dos sujeitos e seus familiares envolvidos, num determinado momento histórico a partir das referências teóricas metodológicas, ético-politico e técnico-operativo na construção de um rol de informações para as manifestações técnicas e a tomada de decisão.

 O Artigo 92 do ECA inicia o inciso I tratando que é princípio e obrigação da Entidade de Acolhimento “preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar” e todos o artigo reforçam o necessário trabalho técnico e a responsabilidade dos agentes públicos garantir a “proteção integral à criança e ao adolescente”.

 Aqui há uma contradição histórica da institucionalização de crianças e adolescente, que é afasta-las da família nuclear, extensa e consanguínea, enquanto o ordenamento legal diz que os vínculos familiares devem ser preservados a qualquer custo. Mas vencer uma história tão longa e tão enviesada de moralidade contra famílias pobres, “irregulares, “desestruturadas”, “não família” tão afirmadas pela ação dos agentes públicos, reforçado pela visão de senso comum para com esses sujeitos e que é um desafio social, jurídico e cultural.

 Nessa contradição desde 1990 o ECA em seu Artigo 19 (BRASIL,1990) diz: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” e após [Lei da Adoção nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.010-2009?OpenDocument) no artigo 19 e § 1o, aponta para um limite temporal para esse acolhimento de 18 meses após aplicada a Medida de Proteção.

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

 Aprofundando ainda mais essa discussão, respondendo aos anseios da sociedade civil a partir do GT Nacional de Acolhimento Institucional e Familiar sobre acolhimento institucional e familiar no parágrafo 2º diz:

A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 1 ano e oito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

 Essa afirmação no texto legal além de ser um marco histórico sobre a violação de direto de crianças e adolescente acolhidos, ainda impõe ao agente público a realizar ações para minimizar o tempo e o impacto da permanência institucional, tão prejudicial, de crianças e adolescentes.

 Nesse sentido se coloca uma permanente preocupação sobre o tempo de permanência, a necessidade de equipes técnicas completas e especializadas, o interesse maior de crianças e adolescentes e o trabalho de intervenção com as famílias de origem levando a uma necessária reavaliação das lógicas dos motivos utilizados para a retirada de crianças e adolescente com a suposta necessidade de proteção.

 Esse artigo relacionado ao artigo 92 e 94 indicam a necessidade de equipes técnicas altamente qualificadas para atendimento de crianças, adolescentes, famílias de origem, familiar substitutas e quiçá adotantes no sentido de garantir em prazo breve (se meses) médio (01 ano) e longo (1 ano e 6 meses) o imediato retorno familiar e as condições necessárias para a convivência familiar e comunitária, o fortalecimento protetivo que a família deve ter para essa função.

 Indica assim a obrigatoriedade de avaliação periódica (no mínimo a cada seis meses) para a verificação das condições de retorno à família de origem ou para família substituta. Para tanto a necessidade de metodologia de intervenção com os sujeitos envolvidos necessariamente deve se reinventar permanentemente oportunizando possibilidade de alteração nas condições de proteção social da família de origem ou a constatação da sua inabilidade de abandono desses sujeitos.

 Queremos frisar aqui que a intervenção com as famílias de origem define a seriedade do programa de acolhimento, pois o primeiro princípio do artigo 92 do ECA e a manutenção da convivência familiar e para tanto as equipes devem apostar, após seus estudos, naquela possibilidade que se desponta com a melhor para a crianças, realizadas todas as possibilidades de manutenção no núcleo familiar, imediato ou extenso.

1. **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE**

 A pesquisa documental realizada em 167 prontuários de crianças e adolescentes a partir do Formulário Semiestruturado com as seguintes questões: gênero, data do inicio e fim do acolhimento, motivo do acolhimento, tinha irmãos acolhidos, teve acesso política Social de Saúde e Educação, apresentava dificuldades escolares, consta do prontuário, Estudo Social, Relatórios, recebia visitas de familiares e amigos, composição familiar, escolaridade do responsável, renda familiar e quantas pessoas dependiam dessa renda, na desintitucionalização para onde foi encaminhado e por último um breve histórico do acolhimento.

 Cabe aqui uma discussão sobre prontuários, Autos e Processo da qual utilizaremos durantes nossa apresentação da pesquisa e as suas análises. O prontuário é o processo de construção, juntada da informação dos sujeitos acolhidos a partir de fichas, documentos, relatórios, de forma a compor uma pasta ou arquivo onde se tem tudo que seja importante e que dê legitimidade a ação que se realiza de resposta ao Judiciário na sua determinação de Acolher. Portanto registram-se Autos, uma enumeração própria do judiciário, para composição e acompanhamento dos processos da qual é alvo a retirada da criança e adolescente do seu grupo familiar.

 Pensar no prontuário dos sujeitos e suas famílias é organizar as informações e propiciar condições técnicas e éticas para tomadas de decisões, conforme a Sposati[[3]](#footnote-3)

O que significa sair do imediatismo, do emergencial, significa ainda correlacionar, não com o olhar segmento, mas olhando de fato a matricialidade sociofamiliar. Isso é mudança de cultura, por à prova, aquilo que tem sido dito e escrito, avaliando se de fato há conhecimentos para fazer acontecer” (...) possibilita a qualificação e a sistematização das informações sobre as famílias atendidas/acompanhadas, contribuindo para a organização das informações necessárias ao trabalho social com as famílias, para o planejamento das ações a serem desenvolvidas com cada família, para avaliar a evolução e os resultados do trabalho social realizado com as famílias, para organizar e acompanhar os encaminhamentos realizados. Além disso, contribui para aumentar a capacidade da Unidade de sistematizar e analisar as informações sobre a incidência dos riscos e vulnerabilidades presentes na população atendida e auxiliar na produção de informações mais estruturadas acerca dos atendimentos e do perfil das famílias atendidas.

 Esses prontuários consultados se referem a crianças e adolescentes que estiveram acolhidos e alguns casos ainda permanecem sob medida de proteção no programa de acolhimento institucional. Os prontuários, prática de registros técnicos, como estratégia de conhecimento do usuário, suas famílias e território devem ter importância privilegiada no seu registro e atualização, bem indicado no material “As Referências Técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social” (CFP, 2012)

(,,,) apontam que nos prontuários devem ser “registradas as informações de cada indivíduo/família contendo especificidades de cada caso. [...] todos os procedimentos adotados, estratégias e dados referentes a cada família/ indivíduos. É importante constar informações referentes à evolução e progressos do caso, bem como demandas e desafios identificados, discussões de caso e planejamentos. Também deverá conter o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar. É no prontuário que será apontada a análise de cada caso, que considerará as especificidades e singularidades de cada indivíduo e/ou família, apontando demandas, objetivos, estratégias e evolução. Deve considerar as intervenções e metodologias adotadas, os resultados alcançados e a maneira de lidar com as experiências de cada indivíduo e/ou família (MDS, p. 14 2014)

O período de coleta de informação, nos prontuários, se deu a partir do mês de abril de 2016 encerrando no mês de agosto/2016. Coleta essa realizada pelos pesquisadores de forma a compor o volume de informações necessário para traçar o perfil socioeconômico e cultura de crianças, adolescentes e familiares ~~sócio familiar~~, conforme definição do grupo de pesquisa tendo em vista a possibilidade de ampliar os conhecimentos a partir de interesses.

 Organizou-se a coleta de dados partindo das questões (perguntas do questionário) mais simplificadas, definindo por apenas duas questões abertas para análise e interpretação a partir das referências e construções teóricas atualizadas da temática.

 A partir da data dos Autos, da Comarca de São José dos Pinhais PR, registrado e aplicada a ordem judicial para que o Programa de Acolhimento possa atender a criança e adolescente e assim possibilitar local de proteção social e intervenção, organizamos um gráfico onde podemos observar ano a ano a entrada dessas crianças e adolescentes no acolhimento, assim distribuído.

**Gráfico 1: Entrada de Crianças e adolescentes por ano no Acolhimento**



**Fonte**: Prontuário institucional, 2016

Mas observem ao fazermos somatória por década os números ficam mais evidente. Iniciando pela década de 1990, década da publicação do ECA, total de 54 crianças e adolescentes; na década de 2000 no período até 2009 temos 62 indivíduos inseridos no programa e na década entre 2010 até 2016 um total de 47 crianças e adolescentes, totalizando 163, ainda com 4 prontuários que não constam o ano do acolhimento.

 Nossa próxima questão da pesquisa se refere ao gênero da criança e adolescente resultando em informação que não se destaca diferenças significativas, mas comparada a outras pesquisas, levando em contas instituição que tem Serviço de Acolhimento Institucional no Brasil (SILVA, 2003, p.48 e 50)[[4]](#footnote-4) e no Paraná (2005 COSTA, SALCEDO e LAZARINI, 2007, p.20)[[5]](#footnote-5) percebemos uma presença mais significativa do gênero feminino na pesquisa aqui apresentas com 51,% já em Silva com 58,5% de meninos e Costa, Salcedo e Lazarini 55,% de menino e na . No gráfico abaixo constata-se que 51% é do gênero feminino e 49% do masculino.

**Gráfico 2: Gênero das Crianças e Adolescentes**



Fonte: Prontuário institucional, 2016

 Sobre a idade de crianças e adolescente que são aplicadas a Medida de Proteção de Acolhimento, no caso Institucional no Lar Meninos Jesus, até um ano de idade aparece com a maior frequência 9% e a segunda idade é 7 anos com 9%.

**Gráfico 3: Faixa etária dos Acolhidos**



Fonte: Prontuário institucional, 2016

Ainda considerando os dados do gráfico acima ao distribuirmos por faixa etária os acolhimentos, considerando a idade de 1 ano até 04 anos a frequência é de 24,2% e, dos 05 anos até 11 anos é o índice de maior prevalência de acolhimentos, correspondendo a 52,7% seguido de 22,1% entre a idade de 12 a 18 anos.

O Levantamento Nacional apresenta a faixa etária das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, no Brasil a faixa etária Até 5 anos (24,7%) 6 a 11 anos (35,7%) 12 a 15 anos (28,9%) 16 a 17 anos (10,1%) e ainda ara contribuir neste sentido apresenta a situação na região sul (PR, SC e RS) temos os seguintes resultados faixa etária Até 5 anos (25,3%) 6 a 11 anos (34,8%) 12 a 15 anos (29,8%) 16 a 17 anos (10,1%) a partir das informações **(MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME** (MDS).

Comparando este serviço com a Região Sul, o Serviço de acolhimento de São José tem uma incidência de 52,7% na faixa etária de 05 a 11 anos, já no Brasil de 06 a 11 anos 35,7% e na região sul 34,8%. Este cruzamento de pesquisa por faixa etária nos mostra que neste serviço a incidência é a 1/3 a mais. Podendo, uma das possibilidade ser explicado em razão de haver maior numero de grupos de irmão acolhidos neste serviço, conforme informação logo a seguir.

 No que se refere a grupo de irmão em acolhimento na instituição temos um dado extremamente significativos, 72%, nos levando a questões mais complexas de análise ao considerar a inserção dos mesmos em famílias substitutas ou adotantes. Pois no perfil das crianças que tem mais dificuldades para que possam serem adotados são os grupos de irmão, em razão da preferencia manifesta pelas famílias postulantes a adoção que é uma criança branca, de zero a um ano e com a saúde.

A maioria das famílias habilitadas para adoção no Brasil deseja adotar crianças sem irmãos, saudáveis e com idade entre 0 e 2 anos: esse é o chamado perfil clássico. Em que pese a prevalência dessa preferência em nível nacional, gradativas mudanças nesse cenário vêm sendo registradas por diversas varas da infância e juventude do país em razão do substancial aumento de acolhimentos adotivos envolvendo crianças com idade avançada, com graves problemas de saúde e em especial grupos de irmãos.(SOUSA, 2019)

 Temos que considerar a partir de 72% dos respondentes pertencerem a grupo de irmãos podemos inferir que ele tem essa especificidade junto a rede de proteção do município, atender acolhimento institucional de grupo de irmãos.

 Temos até agora um perfil de crianças e adolescentes sendo do gênero feminino como maior prevalência, na faixa etária acima de 05 anos e com grupo de irmão com um ou mais na mesma situação de aplicação de Medida de Proteção pela autoridade judiciária da comarca de São José dos Pinhais.

 A tabela abaixo nos ajudar a entender e reforçar que a Instituição de Acolhimento, alvo da nossa pesquisa, nos seus prontuários, tem frequência muito alta no recebimento de grupos de irmão.

**Gráfico 4: Possui irmãos Acolhidos**



Fonte: Prontuário institucional, 2016

 Os números apresentados neste gráfico apontam uma prevalência de acolhimentos de irmãos representativa, o que desperta o seguinte questionamento, quais são as vulnerabilidades sofridas por essas crianças e adolescentes para os agentes públicos (Conselho Tutelar, Técnicos das várias Politicas Sociais, do Judiciário, Ministério Público, dentre outros) tomarem a decisão de solicitar ao Juiz da Comarca a tomada de decisão de suspensão do Poder Familiar dos responsáveis desses individuo e assim estarem sob a guarda do Estado brasileiro? Os motivos de acolhimento podem nos ajudar nestas conclusões quando apresentamos estes resultados da pesquisa.

Pergunta essa que desafia os operadores do Sistema de Proteção Social e Garantia de Direitos e que ainda não tem um consenso e indicações mais claras e objetivas para nortear esse processo.

Para tanto devemos levar em conta o que move essa tomada de decisão tais como: fatores legais e normativo, sociais e culturais, profissionais e ético político, ideológicos e teóricos, religiosos e de senso comum, financeiros, institucionais e sócio familiares de um determinado momento histórico onde se constrói a imagem ou a idealização de crianças e adolescente numa perspectiva mais subjetiva e menos concreta e real.

É possível construímos indicadores de possibilidade de perfis para o acolhimento institucional? Temos alguns indicativos legais, normativas e paradigmas que podem nos ajudar: a proteção integral, a prioridade absoluta, o melhor interesse da criança e do adolescente, a brevidade e a excepcionalidade da medida de proteção de acolhimento, os princípios dos programas de acolhimento familiar ou institucional, as medidas específicas de proteção, Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, proibição explicita sobre a falta ou a carência de recursos materiais como motivos suficientes para a perda ou a suspensão do poder familiar, dentre outros.

A pesquisa nos revelou que os motivos que levaram as 167 crianças e adolescente a serem acolhidos tem com maior frequência a ocorrência de violências contra crianças e adolescentes em 28.5% dos casos, e ainda o abandono e a negligencia por parte de seus responsáveis 26% e, um terceiro motivo que impacta significativamente na suspensão do poder familiar é a o uso abusivo de álcool e drogas, aliadas as doenças psiquiátricas que estão envolvidos seus genitores, 19,4%. Aglutinando esses três motivos temos 73,9% dos indicadores que levaram uma tomada de medida de proteção para essas crianças, retira-las do convívio familiar dos seus parentes imediatos ou família extensa.

Os motivos relacionados à violência são próprio de uma sociedade que ao longo da sua história criou relações violentas, desiguais e reproduz a partir da sua própria intervenção e exclusão social a uma parcela significativa da sociedade, esta permite uma estrutura de distribuição desigual da riqueza produzida coletivamente, reproduzindo assim uma das desigualdade sociais mais gritantes do planeta. O Brasil é um país rico, mas sua distribuição de renda é altamente concentrada expondo parcelas significativas da população a pobreza extrema.

Neste contexto de desigualdade social, de aumento significativo da pobreza e da fragilidade das relações sociais podemos identificar na pesquisa realizada que os motivos para as medidas de proteção de Acolhimento institucional foram: Entrega por familiares, Evasão/não matricula escolar, negligencia, violência familiar, dentre outras.

Parte significativa dos motivos tem por trás a dificuldade dos genitores se organizarem para serem referencias protetivas para os sujeitos menores de 18 anos e ainda o envolvimento com o uso abusivo de álcool e drogas agrava a situação já debilitadas das relações sócio familiar.

**Tabela: 1 Motivo do Acolhimento**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Itens/ocorrências | Frequência | % |
| Violências (sexual, psicológica, física, familiar, conflitos, Maus tratos | 71 | 28,5 |
| Abandono/Negligencia | 65 | 26 |
| Uso abusivo de álcool/drogas e Doença/Problemas psiquiátricos | 48 | 19,4 |
| Vulnerabilidades/Risco | 42 | 17 |
| Entrega por familiares | 7 | 2,7 |
| Evasão/não matricula escolar | 6 | 2,4 |
| Orfandade | 2 | 1 |
| Prisão de genitor | 2 | 1 |
| Situação econômica | 2 | 1 |
| Comercio da Criança | 1 | 0,5 |
| Transferido | 1 | 0,5 |
| Total / ocorrências | 247 | 100 |

Fonte: Prontuário institucional, 2016.

 Outra consideração relevante que se identificou nos prontuários foram as anotações de encaminhamentos aos serviços de saúde públicos e privados, demonstrando uma ocorrência de 74% dos prontuários, contrapondo 10% não encaminhados e, 16% não constando registro. Esses dados nos fazer analisar que uma em cada quatro crianças e adolescentes não teve anotações ou não acessaram serviços de saúde.

Identificou-se que há uma rotina instalada de acompanhamento de Saúde para as crianças desde a sua entrada. Essa é uma atividade de estrema importância pois em muitos casos as crianças acolhidas têm pela primeira vez o contato com a figura de profissionais de saúde, mesmo havendo Estratégia de Saúde da Família, mas os responsáveis tem dificuldade de estabelecer rotinas necessárias de acompanhamento, procurando os profissionais em situações de agravos de saúde.

**Gráfico 5: Atendimento Área da Saúde**



Fonte: Prontuário institucional, 2016.

 Com respeito à inserção à escolarização formal, regular, 76% dos acolhidos acessaram escolaridade os demais 13% possivelmente, pela idade ou a brevidade do acolhimento, não foram inseridos, dados apresentados na faixa etária no inicio do relatório. Denota uma preocupação crescente da Politicas de Atendimento à criança e ao Adolescente na inserção à escolaridade, como um dos 5 direitos fundamentais apresentados nos Artigos 53 a 68 atendendo assim a uma determinação do ECA. .

**Gráfico 6: Acolhidos Inseridos na Rede de Ensino**



Fonte: Prontuário institucional, 2016.

 Quando investigamos nos prontuários a existência de Estudo Social percebemos a presença de um conjunto de informação que apontam para uma organização das informações que redundam ou pode propiciar, O Estudo Social. Entendido o Estudo Social como uma competência dos profissionais no processo de construção de informações sobre à criança, adolescente e seu grupo familiar com uma metodologia de organização propiciando a equipe técnica capacidade de proposta de intervenção, encaminhamentos e tomadas de decisão. Essas informações tem o caráter de ser interdisciplinar ou multiprofissional e a partir delas poder ás áreas profissionais fazer anotações especificas e intervenções quando se fizer necessário.

 Conforme Costa e Oliveira (2016), discutindo sobre estudo social aponta

Os instrumentos e técnicas de investigação e intervenção são geralmente comuns a diferentes profissões. Os fundamentos é que distinguem a especificidade de cada uma delas. Por meio de visitas domiciliares, observações, entrevistas, pesquisas documentais e bibliográficas, o profissional constrói o Estudo Social, ou seja, constrói um saber a respeito da população usuária dos serviços sociais. (p. 211)

Esse conjunto de instrumentos e técnica que se propõe a construir informações sobre os sujeitos deve ser constitutiva da ação profissional e parte da sua competência profissional. Ainda nesse sentidos COSTA E OLIVEIRA ( 2016,p.211) alertam para que o registro das informação do Serviço Social devem “ permanecer sigilosamente em arquivos do Serviço Social, e não ser anexado aos documentos que compõem os processos sociais em tramitação”.

Nesse sentido os autores indicam minimamente elementos constitutivos para se organizar o Estudo Social

As especificidades de cada área determinarão maior ou menor aprofundamento nos dados organizados e interpretados; - Em cada item proposto é necessário a elaboração de sínteses avaliativas que sustentarão as manifestações futuras através de pareceres e perícia social; - Identificação; - Justificativa para o estudo social; - Caracterização da organização e dinâmica familiar por meio de vários modos de conhecimento, inclusive genograma e ecomapa; - Condições de moradia e habitação: território, conforto, habitabilidade, segurança, deslocamento, arruamento, etc; Escolarização dos membros da família (adultos e crianças) procurando detectar quais valores que reforçam ou não o significado da escolarização para superação de fragilidades existentes; - Renda familiar e condições/formação para o trabalho; - Acesso e condições da saúde familiar; - Acesso ao esporte, cultura e lazer; - Relacionamento familiar e comunitário: conflitos e proximidades entre os membros que interferem na dinâmica familiar; - Acesso à cidadania e participação, dentre outros a depender da demanda requisitada (COSTA e OLIVEIRA, 2016, P. 11 e 12)

 Reforçando o que os autores nos alertam que a especificidade do espaço sociocupacional e a demanda devem ser observadas e a intencionalidade que sustentam o Estudo Social.

 Após essas discussões sobre o Estudo Social, fundamental na pesquisa e os resultados aqui apresentado nos revela, mesmo na vigência do ECA (BRASIL, 1990), que temos um e cada seis prontuários a ausência dessa organização das informações sobre os indivíduos. Mesmo nos prontuários que temos a informação, não consta os resumos dos principais eixos do Estudo Social, acima apresentados, com apontamentos técnicos para as tomadas de decisão própria para os Relatórios periódicos e os Pareceres necessários as decisões. Vejam abaixo os principais resultados.

 Em razão da obrigação legal, ECA Artigo 94, a obrigação de Avaliação periódica observa-se que o cumprimento dessa atividade nos prontuários. A legislação aponta que no mínimo a cada seis meses deve ser realizado avaliação para apontar a possibilidade de retorno da criança ou adolescente à família de origem/extensão ou a indicação de família substituta para o vínculo e a convivência familiar desses sujeitos de direito.

 Segue a baixo os resultados sobre a presença de Estudo Social nos prontuários, compreendendo que 4% corresponde a “outro documento” que costa no prontuário como sendo informações pertinentes ao Estudo Social, mas não caracteriza-se como Estudo Social:

**Gráfico 7: Estudo Social no Prontuário**



Fonte: Prontuário institucional, 2016

 Outro fator relevante na pesquisa realizada refere-se aos motivos que levaram as crianças e adolescentes a serem acolhidos, estão estreitamente relacionados a composição familiar, identificou-se que as famílias da qual esses sujeitos estavam vivendo, antes da medida de proteção de acolhimento, correspondem: a família monoparental, 38,02% família essa composta por um dos genitores e seus filhos com maior frequência da genitora. Em segundo lugar é a família nuclear, composta pelos genitores e seus filhos, 33% e, a falta de registro sobre qual era a organização familiar em 14%.

 Quando iremos analisar os motivos do acolhimento percebemos que o abandono da figura do genitor/pai tem um papel importante na desistência da família nos cuidados e proteção social necessário para as crianças e adolescentes. Representado aqui pela ausência do representante masculino em todo o processo registrado nos Prontuários.

**Tabela 2: Composição Familiar**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Itens | Frequência | % |
| Monoparental | 65 | 38,02 |
| Nuclear | 55 | 33 |
| Recombinada (os meus, os seus e os nosso) | 9 | 6,0 |
| Extensa | 7 | 4,2 |
| Substituta | 7 | 4,2 |
| N/C | 24 | 14 |
| Total | 167 | 100 |

Fonte: Prontuário institucional, 2016

 A medida de proteção de acolhimento institucional e o tempo de permanência trazem resultados no processo de retorno familiar ou encaminhamentos para família substituta. Nos prontuários estudados e demostrado na tabela 03, temos o seguinte espelho sobre a desinstitucionalização: A maior frequência, com respeito do retorno é para a família de origem (nuclear ou monoparental) é de 44,9% comparado com o perfil da família de origem (monoparantel, nuclear, recombinada e extensa) que é de 81,22% um pouco mais da metade das crianças voltam ao seu grupo familiar (nuclear e extenso).

**Tabela 03: Desintitucionalização**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Itens | Frequência | % |
| Núcleo familiar de origem  | 49 | 29,34 |
| Família extensa ( monoparental) | 26 | 15,56 |
| Família substituta | 23 | 13,77 |
| Evasão | 10 | 5,98 |
| Falecimento | 2 | 1,19 |
| Transferidos | 4 | 2,39 |
| N/C | 53 | 31,73 |
| Total | 167 |  |

Fonte: Prontuário Institucional, 2016

 Outro indicador relevante para traçar o perfil familiar é a renda e a relação com o número de dependentes. Os prontuários consultados não trazem a unicidade das informações, mas identificou-se que 9,5% referem estar desempregados, 8,8% recebem até dois salários mínimos e em 81,6% não constam informações sobre a renda.

 Um passo a mais nas análises dos resultados e que corrobora com a nossa pesquisa do Perfil das crianças e adolescentes quando nos debruçamos para compreender e analisar os vínculos familiares e comunitários que esses sujeitos mantiveram com suas famílias de origem, em 56% dos acolhidos recebiam visita dos seus familiares, 11% não recebiam visitas de seus familiares e essa informação não consta nos registros representa 33%.

Ao analisarmos esse dado com base territorial em relação a localidade da Instituição de acolhimento e o centro da cidade podemos propor a reflexão visto ser distante 19 Km, e nem sempre as famílias terem condições econômicas para o transporte.

**Gráfico 8: Recebeu Visita no Abrigo.**



Fonte: Prontuário Institucional, 2016

A escolaridade dos responsáveis compõe o grupo de informação que não foram registrados no prontuário. Esse indicativo nos leva a confirmar que as anotações técnicas eram apenas complementares do que estavam nos autos, não havendo assim uma prioridade na investigação e organização da informação sobre os responsáveis, centrando na organização das informações dos acolhidos, nos encaminhamentos e atendimentos as suas necessidades e inserção em Politicas Sociais.

 O tempo de permanência dos acolhidos contado em meses e ano tem uma ocorrência mais significativa para um ano em acolhimento, frequência de 32,9% e somado a até dois ano institucionalizado temos 60,3% ou seja 6 em cada 10 crianças ficam esse tempo. Se relacionarmos essa informação ao número significativo de grupos de irmãos acolhidos, 72% percebemos que é um fator que corrobora com o aumento de permanência na Instituição, entorno de 67,1%, ou seja 2 em cada acolhido. O que nos faz refletir sobre esse princípio do Estatuo da Criança e Adolescente. A permanência maior destes grupos de irmão levam em conta o perfil que as familiar postulantes indicam como sendo crianças de até dois anos, branca e saudável.

 Mas se analisarmos as novidades legislativas, anteriormente não se tinha indicativo de tempo de permanência, mas após a Lei da Adoção prevê-se que é breve permanência até seis meses, media permanência até um anos e longa permanência um ano e seis meses. Informa a pesquisa que quase 40% das crianças ficaram por longo tempo descumprindo um princípio do ECA da brevidade e excepcionalidade da aplicação da Medida de Proteção pelos agentes públicos. O Estatuto da Criança e do Adolescente afirmar de formar clara e objetiva em seu Artigo 101, inciso IX paragrafo 1º diz §

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

**Tabela: 4. Tempo de Permanência no Acolhimento.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Itens | Frequência | % |
| Ate um ano  | 37 | 22 |
| De 1 a 2 a | 77 | 46 |
| De 3 a 4 anos | 24 | 14 |
| De 5 a 6 anos  | 6 | 4 |
| De 8 a 9 anos | 2 | 1 |
| N/C | 21 | 13 |
| Total  | 167 | 100 |

Fonte: Prontuário Institucional, 2016.

 A pesquisa não procurou investigar qual a idade da criança e adolescente quando saiu do programa de acolhimento, mas em comparação a idade que tinha quando foi acolhido e o tempo de permanência, mais de 83% eram crianças quando adentraram o acolhimento e a média de permanência de um individuo no Programa de Acolhimento Menino Jesus é de 2 ano e meio. Podemos inferir que a idade média que saem do acolhimento é entorno dos 5 anos.

 Diante destes dados, podemos considerara que metade da vida infantil da maioria das crianças e adolescentes se fez na instituição de acolhimento. Essa informação deve nos desafiar para proposição de políticas sociais de atenção a famílias em vulnerabilidade e risco social nos territórios mais vulneráveis para a diminuição da aplicação da medida de proteção de acolhimento pelos agentes públicos.

Para tanto as políticas sociais de educação, saúde e assistência social precisam fortalecer suas ações e organizar as forças sociais locais, a comunidade a vizinhança e, os serviços para minimizar a possível decretação de suspensão do poder familiar dos responsáveis que estejam no perfil de familiar que tem seus filhos nessa situação. Perfil esse composto por responsáveis com ocorrências de violências na relação familiar, com indicativos de abandono e negligencia que faz uso abusivo de álcool e drogas, portando com problemas de saúde mental, em território e membros de grupos familiares em vulnerabilidade e risco social. Esse perfil de grupos familiares que levam a decretação da medida de proteção social e a suspensão do poder familiar pelo Juiz da comarca de São José dos Pinhais.

Na preocupação de termos um perfil socioeconômico cultural de crianças, adolescentes e familiares apresentamos um quadro resumos com os indicadores, as variáveis dominantes e incidência percentual da variável dominante como seguem:

**Tabela 5: Indicadores, Variáveis e Percentuais dominantes.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores | Variáveis dominantes | Incidência percentual da variável dominante |
| Número de crianças acolhidas por década | Década de 2000 | 67 Crianças e adolescentes |
| Faixa Etária | Acima de 05 anos | 74,83% |
| Gênero | Feminino | 51% |
| Composição família | Monoparental | 38,02 |
| Escolarização (acesso) | Sim | 76% |
| Saúde (acesso) | Sim | 74% |
| Escolarização do Responsável | Não consta | 94% |
| Tinha irmãos Acolhidos | Sim | 72% |
| Motivo do Acolhimento | Violências (sexual, psicológica, física, familiar, conflitos, Maus tratos. | 28,5% |
| Tempo de Acolhimento (permanência) | Até 01 (um) ano | 32,9% |
| Recebia visitas de familiar durante o acolhimento | Sim | 56% |
| Estudo social no prontuário | Sim | 79,04% |

Fonte: Prontuário Institucional,2016.

 Resumidamente podemos dizer que o perfil socioeconômico cultural de crianças, adolescentes e família apresenta-se um sujeito com maior frequência nos resultados da acolhidos na década de 2000, faixa etária acima de 05 anos, do sexo feminino, membro um grupo familiar que tem como responsável apenas um dos genitores, na grande maioria a mãe, com acesso à escola e à saúde, tendo seus pais com baixa escolaridade, sem formação para o trabalho, desempregado ou sem seguridade social, a renda é inexpressiva, ~~necessitando~~ recorrendo a programas sociais e da solidariedade da comunidade.

A família ao perder o poder familiar tem seu grupo de filhos acolhidos na mesma instituição em média dois anos e meio. Nesse período acolhido a equipe técnica (Assistentes Socais, Psicólogos e Pedagogos) nem sempre com a presença da equipe completa, organizou informação sobre esses sujeitos valorizando as ações do judiciário e complementado essas informações no prontuário, mas não traz elementos que possam contribuir com dados significativos sobre a família de origem.

Essas famílias que tem dificuldade na proteção social de crianças no acolhimento com baixa frequência de visitas e convivência familiar com seus filhos acolhidos e portando uma parte significativa das mesmas são colocados em famílias substitutas pelo juiz da comarca. Ao observar a história do grupo família e os motivos do acolhimento se percebe o sofrimento dos genitores e seus filhos com as mais variadas situações do cotidiano levando a essa complexidade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Traçar um perfil histórico/técnico da ONG a partir dos Prontuários nos estudos sociais e pareceres técnicos; realizar revisão bibliográfica para compreensão das alterações legislativas, normativas e conceituais e por último analisar os motivos que levaram os agentes públicos a acolherem crianças, adolescentes de seus grupos familiares, da qual já apresentamos uma quadro síntese em momento anterior foi desafiador frente a temporalidade dos arquivos e a falta de profundidade dos registros em alguns momentos.

A pesquisa teve uma duração maior do que foi planejada em razão das intercorrências e as dificuldades que foram surgindo durante o processo, o que ocasionou soluções conjunta entre os pesquisadores e a OSC que aceitou ceder o material para a pesquisa. As dificuldades encontradas no processo de acesso e a composição das informações se deu pelo volume dos prontuários de onde colhemos as informações e a distância da OSC para a localidade da Unidade de Ensino da qual está mais próximo do grupo de pesquisadores.

O treinamento da equipe para as anotações dos indicadores em tabela Excel alvo da pesquisa, foi outro fator a ser registrado em razão das possíveis interferências na compreensão das informações a serem coletadas. Durante o processo as reuniões e os estudos das categorias teóricas necessárias as análises aprofundamentos aqui registrados.

Os prontuários pesquisados forma de crianças e adolescentes que já haviam saído do acolhimento em razão do retorno à sua família de origem, adoção, por maioridade dentre outros. Somaram 167 prontuários que os pesquisadores tiveram acesso, iniciados na década de 1990 até a década de 2010.

Ao realizar o levantamento dos dados dos prontuários da Organização Sociedade Civil, Lar menino Jesus, conforme os resultados da pesquisa, identificou-se ter caraterísticas dos Abrigo institucional com números de internos que ultrapassam as indicações, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais do CNAS e as Normas Técnicas de Acolhimento Institucional e Familiar do CONANDA e CNAS. Nos registros de acolhimentos, a partir dos prontuários apontam por uma presença expressivas de grupos de irmão, acima de 70%.

O perfil socioeconômico e cultural desses sujeitos atendidos nos levou a compreender a própria história da Instituição e a sua vocação para atendimento de grupos de irmãos, acima de 70% e na idade entre 00 a 12 incompletos com 76,9% no momento do acolhimento.

Ao nos deslocarmos para o perfil histórico/técnico da ONG a partir dos Prontuários nos estudos sociais e pareceres técnicos, não conseguimos aprofundar os registros da existência de Técnicos e nem a profissão presente, mas a presença de registros técnico mostra a fragilidade não composição das informações a tomada de decisão. Ausência de Pareceres, Plano Individual de Atendimento,, previsto nas Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar desde 2006 ou ficha padrão de registro mínimo dos sujeitos alvo desta medida de proteção e no cumprimento de ordem legal revela uma fragilidade e que poderia suscitar novos estudos no espaço para compreensão do fazer profissional.

Discussão necessária se faz com respeito ao prontuário padrão que traz a possibilidade de reconhecer os riscos, as vulnerabilidades, como também os recursos e possibilidades de enfrentá-los. Traz a possibilidade de captar as circunstâncias sociais do indivíduo e de sua família como determinante para a sua proteção e ainda traz a possibilidade de, a partir das informações produzidas e registradas pelos profissionais, auxiliar a construção de análises coletivas e territorializadas do perfil da capacidade protetiva das famílias.

Nesta perspectiva, o Prontuário nunca deve ser utilizado como um cadastro ou questionário a ser aplicado com as crianças, adolescentes e família. Toda informação anotada/registrada deve ser fruto do processo natural de diálogo e de escuta qualificada que são próprios do trabalho social com as famílias, devendo ser aberto para cada família que for inserida no acompanhamento familiar.

Consistindo em atividades desempenhadas por meio de atendimentos sistemáticos e planejados com objetivos estabelecidos, que possibilitem às famílias/indivíduos o acesso a um espaço onde possam refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias.

Trata-se, portanto, de um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual, a partir da compreensão das vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pela família, são definidas estratégias de ação e objetivos a serem alcançados. O acompanhamento das crianças, adolescente e os familiares podem materializar-se a partir do atendimento sistemático e planejado de um ou mais membros do grupo familiar.

A pesquisa e a revisão bibliográfica para compreensão das alterações legislativas normativas e conceituais nos levaram a compor um cenário legal e normativo para que a medida de proteção fosse realizada, a partir e a luz das proposições internacional e nacional se construir até o presente momento. Mas que se mostrou ainda em construção na realidade da OSC alvo da nossa pesquisa.

A composição da equipe técnica em relação ao número de sujeitos atendimentos, a presença de profissões que tem muito a contribuir trabalho Técnico Social, a distância física do equipamento em relação as orientação do ECA e demais normativas propicia desafios para convivência familiar e comunitária, pois dificultas o deslocamento das famílias. Inquietações que os pesquisadores levantam em razão dos números de crianças que ainda passam a conviver no espaço, número acima do definido pela Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Brasília, Junho de 2009 (Brasil, 2009) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencias Resolução 109 do CNAS, (BRASIL 2009) para um programa de Abrigo Institucional e a concentração no mesmo espaço de grupo de 50 ou mais indivíduos prejudicando a possibilidade de construção da individualidade e a autonomia. Afirmações estas que só se comprovaria no estudo amostral de sujeitos egressos da unidade e a sua vivencia hoje na sociedade.

Situação está em que o Estado, por ausência ou diretamente, viola o direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescente. Neste caso a vitima é é submetida a uma “medida de proteção” que na maioria das vezes é restritiva, pois os retira de territórios e vivencias já estabelecida e as isola, provocando rompimentos significativos na sua construção da personalidade e autonomia, tudo em nome do “melhor para a criança” e a “salvação das famílias” de origem.

O perfil socioeconômico e cultural desses sujeitos atendidos explicitamente apresentados podem nos levar a questionar os motivos, o tempo de permanência de longa duração e ao descumprimento dos princípios do Acolhimento, conforme o ECA, do esforço da convivência familiar e comunitária com os seus familiares e comunidade para a perspectiva de retorno não observados nas atividades planejadas e executadas pela equipe.

**REFERENCIAS**

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

MOZZATO Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI Denize. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração**: Potencial e Desafios <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf> acesso em 25/11/2016

COSTA. Dorival da; OLIVEIRA. Márcia Terezinha de; **Reflexões Técnico-Operativas Sobre a Perícia Social,** in: Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário, Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.) Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. <http://uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdf> acesso em 25/11/2016

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Manual de Instruções para Utilização do Prontuário Suas. Brasília, 2014. [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\_datain/ckfinder/userfiles/files/Manual\_Prontuario\_SUAS\_VERSAO\_PRELIMINAR.pdf acesso em 12/08/2017](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Manual_Prontuario_SUAS_VERSAO_PRELIMINAR.pdf%20acesso%20em%2012/08/2017)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Manual de instruções para utilização do prontuário SUAS, Brasília 2017. SUAShttp://www.egma.ma.gov.br/files/2018/04/MANUAL-PRONTU%C3%81RIO-SUAS-2017-1.pdf acesso em 29.09.2018

**Silva,** Enid Rocha Andrade da. (coord.) **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil** O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados CAPÍTULO 2. Brasília, 2004 [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capit2.pdf acesso em 29.09.2018](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capit2.pdf%20acesso%20em%2029.09.2018)

**COSTA** Dorival da. **SALCEDO** Eliana Arantes Bueno, **LAZZARINI.** Valtenir,. **Acolhimento institucional no Paraná: desvendando a realidade** : relatório executivo /; coordenação de Valtenir Lazzarini. Curitiba : SETP/CEDCA, 2007. [file:///C:/Users/HP/Downloads/dirigentes\_livrocompleto%20(2).pdf](file:///C%3A/Users/HP/Downloads/dirigentes_livrocompleto%20%282%29.pdf)

BRASIL. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Brasília, Junho de 2009 (CNAS e CONANDA)

BRASIL, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial** [file:///C:/Users/HP/Downloads/Legisla%C3%A7%C3%A3o\_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNAS%20109.2009%20(2).pdf](file:///C%3A/Users/HP/Downloads/Legisla%C3%A7%C3%A3o_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNAS%20109.2009%20%282%29.pdf), acesso em 29.09.2018

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME** (MDS) SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento Fundação Oswaldo Cruz Fiocruz Centro Latino+Americano de Estudo de Violência e Saúde Jorge Careli + CLAVES Secretaria Nacional de Assistência Social = SNAS/MD, [https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56b4f6f38a65e204ee2647ab/1454700286830/levantamento\_nacional\_das\_criancas+e+adolescentes\_em\_servicos\_de\_acolhimento.pdf](https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56b4f6f38a65e204ee2647ab/1454700286830/levantamento_nacional_das_criancas%2Be%2Badolescentes_em_servicos_de_acolhimento.pdf) acesso em 28/07/2019.

SOUSA Walter Gomes de Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, site oficial, Adoção de irmãos: desafios e possibilidades. <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2018/adocao-de-irmaos-desafios-e-possibilidades> Artigo publicado no site da VIJ-DF e no TJDFT, na página da Imprensa, em 16/07/2018, acesso em 28/07/2019

1. Assistente Social, Professor, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCSP, Coordenador do Bacharelado em Serviço Social e coordenador do GETFS - Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Formação e Sociabilidade – UNINTER. [↑](#footnote-ref-1)
2. Assistente Social, Mestre, professora e Coordenado de Estágio Supervisionado do Bacharelado em Serviço Social , membra do GETFS – Grupo de Estudo e Pesquisa: Trabalho, Formação e Sociabilidade (UNINTER). [↑](#footnote-ref-2)
3. Fala proferida pela Professora Aldaíza Sposati na Oficina do Prontuário SUAS, realizada no dia 01 de junho de 2012. [↑](#footnote-ref-3)
4. Entre as crianças e os adolescentes abrigados na época de realização desta pesquisa, 11,7% tinham de zero a 3 anos; 12,2%, de 4 a 6 anos; 19,0%, de 7 a 9 anos; 21,8%, de 10 a 12 anos; 20,5%, de 13 a15 anos; e 11,9% tinham entre 16 e 18 anos incompletos. Vale registrar que, apesar da medida de abrigo se aplicar apenas à população menor de 18 anos, 2,3% dos pesquisados tinham mais de 18. Na pagina, 50 apresenta o Gênero, 58,5% eram meninos e 41,5% meninas. [↑](#footnote-ref-4)
5. Os abrigos do Paraná atendem 3786 crianças/adolescentes, com uma quantidade maior de meninos (55%) em relação às meninas (43%) [↑](#footnote-ref-5)